

Diário do Legislativo de 06/03/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 6ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissão

3 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA SR. 1º-SECRETÁRIO

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 4/3/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Doutor Viana - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - André Quintão - Carlin Moura - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Getúlio Neiva - João Leite - Padre João - Rômulo Veneroso - Sávio Souza Cruz - Wander Borges.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 9, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição de 9/3/2010.).

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/3/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Padre João; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.437; discurso do Deputado Weliton Prado; votação secreta; rejeição - Inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 630/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 610/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.642/2009; aprovação - Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.416/2008; aprovação - Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.793/2009; discursos dos Deputados Padre João e Antônio Júlio; votação do projeto; aprovação - Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.794/2009; aprovação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior. A Presidência anuncia que hoje é o aniversário do Deputado Doutor Ronaldo. Em nome da Mesa e de todos os colegas, desejamos muitas felicidades e muito sucesso na sua vida particular e pública.

1ª Parte

Ata

- A Deputada Gláucia Brandão, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questões de Ordem

O Deputado Carlos Mosconi - Sr. Presidente, gostaria que constasse, nos anais desta Casa, o editorial do jornal "Estado de Minas" de hoje, que, ao contrário do que acontece todos os dias, na primeira página chama a atenção do povo mineiro. Sr. Presidente, o editorial reflete com muita clareza e precisão o sentimento de Minas nos momentos que vivemos, nesta fase pré-eleitoral. Assim, devido à sua precisão e à oportunidade é que gostaria que tal editorial constasse nos anais desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, ratifico as palavras do Deputado Carlos Mosconi para que se registre nos anais da história a matéria hoje publicada no jornal "Estado de Minas". O sentimento maior de Minas é o sentimento do povo. Minas sempre está na vanguarda com a sua história e sentimento, a sua tradição, por Tancredo Neves e por tantos outros que fizeram a história vívida deste país. A reflexão que nos traz esse editorial é quanto aos destinos políticos do Brasil. É muito importante que cada parlamentar, que cada mineiro tenha a compreensão do forte sentimento trazido pelo editorial, e de que isso poderá mudar os destinos deste país. Assim, ratifico, como membro do PSDB, como mineiro, como parlamentar, esse feliz artigo, que, sem dúvida, demonstra inequivocamente o sentimento daquele que torce por Minas, que ama Minas e ama o Brasil. Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, agradeço a atenção. Informo ao Plenário que, com muita alegria, na noite de ontem, por volta das 22 horas, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição nº 300, a PEC nº 300, que trata do piso salarial nacional dos policiais, dos bombeiros e dos policiais civis do Brasil. Sr. Presidente, parabeno todos os Deputados Federais por Minas Gerais, especialmente o Deputado Federal Dagoberto, Líder da Bancada do PDT na Câmara dos Deputados, com quem conversamos nos dias 2 e 3 de fevereiro. Naquela ocasião, o PDT firmou o compromisso de que seus 25 Deputados Federais votariam pela aprovação dessa proposta de emenda à Constituição. Como todas as propostas, essa teve um percurso difícil, enfrentou muitos embates e discussões. Chegou-se a um consenso, e a PEC nº 446, a antiga PEC nº 41, oriunda do Senado, de autoria do Senador Renan Calheiros, foi aglutinada. Houve acordo na Câmara dos Deputados, e, das PECs nºs 300 e 446, surgiu uma emenda que corresponde ao texto votado e refaz o piso, inicialmente de R\$4.500,00 para R\$3.500,00. Estive com o Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, a quem pedi para que se votasse a PEC. Entreguei-lhe o ofício e reiterei que essa era a vontade dos policiais e dos bombeiros militares, assim como a dos policiais civis de Minas Gerais, e ele me respondeu que submeteria a matéria ao Colégio de Líderes e que faria todo o esforço. De fato, ontem essa matéria foi incluída na pauta, depois de muitos embates. Destaco a atuação de vários Deputados Federais por Minas Gerais, como o Mário Heringer, companheiro de bancada; o Deputado Lincoln Portela, que fez um pronunciamento extremamente emocionante; a Deputada Jô Moraes; enfim, destaco o conjunto dos Deputados Federais por Minas Gerais, a quem agradeço. Digo aos policiais, aos bombeiros militares e aos policiais civis de Minas Gerais que o nosso partido, o PDT, manteve o compromisso de que toda a bancada votaria favoravelmente à aprovação da PEC. Esse é o primeiro passo. É bom que neste momento os policiais e bombeiros militares de Minas Gerais e os policiais civis que estão assistindo à TV Assembleia saibam que a aprovação da emenda foi o primeiro passo. Agora esse projeto será votado no 2º turno e, depois, voltará ao Senado, se não sofrer nenhuma alteração. Com a aprovação no 1º e 2º turnos na Câmara e no Senado, o Presidente da República terá a iniciativa de enviar um projeto de lei ordinária para criar o Fundo Nacional Complementar. Hoje, conforme determina o art. 21, inciso XIV, da Constituição da República, compete à União manter e organizar os policiais civis e militares e os bombeiros do Distrito Federal. Portanto, quem paga a polícia do Distrito Federal é a União. Esperamos que o governo federal, pela primeira vez na história, mostre a sua cara, demonstre que pode criar um fundo complementar para os salários dos policiais e dos bombeiros militares. Sr. Presidente, quero registrar que a reunião de ontem foi magnífica, extraordinária e ficará registrada nos anais da Câmara dos Deputados, que reconhece os que defendem a sociedade com a sua vida, com todo o suor, com todas as lágrimas. Ficam aqui registrados, Sr. Presidente, os meus agradecimentos aos Deputados Federais por

Minas Gerais. Cumprimento o Deputado Federal Mário Heringer, que tem sido o meu canal de contato permanente na Câmara. Com certeza, avançaremos muito mais. Muito obrigado.

O Deputado Duarte Bechir - Nesta manhã, Sr. Presidente, véspera da inauguração da Cidade Administrativa, dia histórico para Minas Gerais, pois o Governador Aécio Neves está finalizando um programa de trabalho de oito anos, um misto de alegria e de tristeza toma conta dos mineiros. Alegria, Sr. Presidente, por vermos um governo de Estado equilibrado, as contas públicas equilibradas e Minas Gerais avançando em todos os seus segmentos. Na semana passada, quando fui de Almenara a Rubim, pude perceber que o povo está feliz; que a empresa que gera a maior riqueza de Minas Gerais, a agricultura, está trabalhando bem graças às ligações asfálticas; que os produtores rurais estão satisfeitos com a atuação do governo de Minas. E tristeza porque o governo Aécio Neves está terminando. Comemoramos os avanços, e hoje Minas Gerais recebe inúmeros políticos do Brasil, que vêm aqui pedir ao Governador Aécio Neves que participe, juntamente com o Governador José Serra, das eleições majoritárias, a fim de que Minas dê a sua contribuição para um novo Brasil, enfim, que tenha a oportunidade de ter voz firme na Presidência da República. Hoje, além de outros políticos, o Governador do Estado de São Paulo, os Deputados e líderes de partidos de todo o Brasil visitarão o nosso Governador. Para nós, mineiros e membros do Parlamento, isso nos enche de orgulho e demonstra que Minas Gerais tem dado exemplo para todo o Brasil de como se pode fazer uma política com austeridade, responsabilidade e os olhos fixados no progresso e no futuro. Sr. Presidente, em nome do Partido da Mobilização Nacional - PMN - e como membro de sua bancada, cujo Presidente é o nosso companheiro Deputado Walter Tosta, quero expressar o nosso contentamento, a nossa alegria e o nosso prazer de fazer parte dessa base que ajuda o Governador Aécio Neves a transformar o nosso em um dos Estados mais respeitados do Brasil. Apesar do término do governo Aécio Neves, nota-se a alegria dos mineiros em saber que Minas continuará na trilha do desenvolvimento, porque o seu Vice, o Prof. Anastasia, que já tem dado enorme parcela de contribuição ao nosso Governador, dará sequência ao seu trabalho. Diferentemente de outros Vice-Governadores, o Prof. Anastasia não é apático. Pode até não participar direta e diuturnamente da mídia, mas, por trás dela, de forma discreta, tem feito um trabalho esplendoroso e valioso para a nossa Minas Gerais. Todos sabemos que boa parte do sucesso do Governador Aécio Neves se deve ao Vice-Governador Anastasia, que tem feito um ótimo trabalho, principalmente na condução do desenvolvimento de Minas Gerais, com uma forte gestão na aceleração e, principalmente, no equilíbrio das contas públicas. Em respeito aos demais parlamentares e à Oposição do Governador nesta Casa, quero dizer que, nesses últimos dias do Governador Aécio Neves frente ao governo, todos nós mineiros, independentemente de partido político, alegramo-nos ao ver que ele, apesar de jovem, transformou o Estado de Minas Gerais e está dando exemplo para o Brasil inteiro de como se pode e se deve governar com austeridade, com responsabilidade e, acima de tudo, com compromisso. Quero, no final das minhas palavras, dizer que Prefeitos de todos os partidos - dou o veredicto da microrregião de Campo Belo, minha região - estão felizes com as ações do Governador Aécio Neves, que não foram tomadas para favorecer o partido A, B ou C. Elas favoreceram todo o Estado de Minas. Portanto, em nome do Partido da Mobilização Nacional, do nosso Presidente, Walter Tosta, dessa bancada que pode parecer minúscula, mas que tem votado com o Governador, por confiar e por ver os resultados do seu governo, quero dizer que estamos felizes com as ações do nosso Governador. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Gostaria de falar da minha imensa alegria e felicidade de ter visto aprovado, ontem, pelo Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados, a PEC nº 300, em 1º turno. Quero parabenizar os verdadeiros responsáveis por essa aprovação, que são o Cabo, o Soldado, a corporação da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros de todos os Estados da Federação. Graças a essa mobilização, é que isso aconteceu. Muitos achavam que isso seria impossível, mas está tornando-se realidade. Nesta Casa, muitos parlamentares duvidavam da possibilidade de a PEC nº 300 ser aprovada. Os policiais nunca duvidavam disso e pressionaram, com "e-mails", com mobilizações, de forma permanente. "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura". A pressão permanente foi responsável por isso. O parlamento funciona como feijão, na pressão. Ontem, formou-se um caldeirão de pressão na Câmara dos Deputados. Os colegas desta Casa comentavam que ela não seria aprovada. Eu lhes pedi calma, porque sabia que a mobilização era muito grande, principalmente num ano eleitoral. Quero parabenizar todos os Deputados que votaram favoravelmente à segurança pública do nosso país. Quero, ainda, parabenizar, de forma especial, os Deputados de Minas Gerais, os Deputados Elismar Prado e Leonardo Monteiro, membros da comissão especial que aprovou o parecer pela aprovação da PEC nº 300. Ontem, o Deputado Federal Elismar Prado teve uma participação muito importante na aprovação, fazendo todo o processo de negociação junto à Base do Governo. Mas a luta não termina por aqui. Foi vencida uma batalha, não uma guerra. Já está nas ruas uma grande mobilização dos Governadores contra a aprovação da PEC nº 300. O Governador de Minas não concorda com essa aprovação. Queremos ver qual será a postura do Governador junto a sua base na Câmara dos Deputados. Se não houver uma mobilização permanente, as coisas não vão acontecer, porque vai começar o processo eleitoral. Se isso não acontecer, a PEC nº 300 não vai ser aprovada em 2º turno. Para ser aprovada, a pressão e a mobilização têm de continuar com muita intensidade. Agora, vão entrar em campo, contra a segurança pública do nosso país, os Governadores de Estado, que vão mobilizar-se para tentar impedir a aprovação da PEC nº 300, em 2º turno, que faz justiça àqueles que já contribuíram tanto com nosso Estado, dando a vida pela segurança pública. Vejam em Minas Gerais o grande número de policiais mortos em trabalho. Infelizmente, em Minas, o Governador não respeita nem a Constituição do Estado, não paga o auxílio de periculosidade dos policiais civis, dos policiais militares, dos Agentes Penitenciários e Socioeducativos. Se a profissão de policial não for de risco, nenhuma outra o será. O governo do Estado nega-se a pagar o auxílio de periculosidade, quer acabar com a paridade, dando produtividade, para evitar que os policiais da ativa tenham reajustes. Ele concede uma produtividade para quebrar uma paridade, achatando os salários dos policiais que estão na reserva, dos pensionistas. Uma grande injustiça é cometida pelo governo do Estado, que não faz a isonomia. Este Governador é o primeiro a quebrar a paridade dos servidores da segurança pública. Ele não cumpre o que prometeu. O que ele prometeu? Prometeu que, até o final de 2010, ele está saindo agora, garantiria o piso mínimo em Minas Gerais, ou seja, R\$2.500,00. Não cumpriu o que prometeu. Não está previsto no Orçamento nenhum centavo de reajuste para policiais civis e militares, para os servidores da segurança pública, enfim, para os servidores de uma forma geral. É uma tristeza a situação em que se encontra a categoria da educação, que precisa levantar-se, melhorar a autoestima e continuar lutando. É muito importante a união de todas as categorias de servidores do Estado. O Governador prometeu que a remuneração dos policiais de Minas Gerais estaria entre as melhores, comparando-se com outros Estados. Mas isso não aconteceu. Pelo contrário, hoje os servidores da segurança pública de Minas Gerais têm uma das menores remunerações. Para finalizar, parabeno de forma muito especial o Deputado Federal Elismar Prado pelo empenho e por ter sido membro da comissão especial que aprovou a Proposta de Emenda à Constituição nº 300, estendendo os cumprimentos a todos os policiais que acreditaram na aprovação da matéria. Se não tivessem acreditado e lutado, a matéria não teria sido aprovada em 1º turno. E será necessária muita pressão também para ser aprovada em 2º turno, porque os Governadores, inclusive o de Minas Gerais, vão entrar em campo para tentar impedir a sua aprovação.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Resolução nºs 2.416/2008, 3.793 e 3.794/2009 sejam apreciados em último lugar entre as matérias em fase de votação, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, peço verificação de votação. É interesse votarmos esse requerimento, mas com o devido quórum. Esses projetos, na verdade, tratam de um regime especial de tributação, e temos nos empenhado para estender essa garantia aos agricultores familiares também. É por essa razão que solicito a V. Exa. a verificação da votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente, meu voto "sim" não foi computado.

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 38 Deputados, que, somados aos 3 Deputados em comissão, perfazem o total de 41 votos. Está, portanto, ratificada a aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.437, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 23/1/2003, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matias Barbosa o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - A proposição trata do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.437, de autoria do Governador do Estado, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 23/1/2003, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matias Barbosa o imóvel que especifica. Há uma grande contradição. Aliás, aqui está o Projeto de Lei nº 3.515/2009, do Deputado André Quintão, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matias Barbosa o imóvel que especifica. Esse projeto foi anexado ao projeto do Governador, e o Governador o vetou por uma questão política: por ser ele de autoria de um Deputado da Oposição. De maneira alguma podemos aceitar isso. O Parlamento mineiro tem de ter autonomia, independência em relação ao governo do Estado. É um projeto muito importante, que garante a reversão do imóvel ao patrimônio do Estado, se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura pública da doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista, o que ainda não ocorreu. (- Lê:) "A Secretaria de Estado de Educação solicitou, por meio da Diretoria de Patrimônio, a reversão do imóvel, uma vez que a escola necessita da área para construção e ampliação da área recreativa e esportiva, horta e outras atividades desenvolvidas pela instituição de ensino. Ante o exposto e devido à importância do projeto que a Secretaria de Estado de Educação desenvolverá, não será viável a ampliação do prazo de destinação do imóvel...".

O que significa essa dualidade representada pela contradição por parte do governo do Estado? O Deputado apresentou um projeto, que foi anexado, e o Governador o vetou. A área será utilizada para construção e ampliação de uma área esportiva e recreativa, para atividades culturais e para uma horta comunitária. O projeto é muito importante. Não há problema em ser aprovado e sancionado pelo governo. Mas, infelizmente, o governo do Estado se contradisse ao enviar outro projeto com teor semelhante, ao qual foi anexado o projeto do Deputado André Quintão. O governo vetou um projeto de sua autoria, o que é um verdadeiro absurdo.

Estamos encaminhando para derrubar o veto do Governador ao Projeto de Lei nº 19.437, e para que as alterações encaminhadas pelo Deputado André Quintão, muito importantes, sejam aprovadas. Aliás, as alterações foram aprovadas pelas Comissões de Constituição e Justiça e Especial, não havendo razão de o projeto ser alterado. Do ponto de vista da legalidade, o projeto está de acordo com as normas, os arts. 17 e 18 da Constituição do Estado, a Lei Federal nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, e a Lei nº 4.320, de 1964, que institui normas gerais de direito financeiro e elaboração de um controle dos orçamentos e dos balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Aliás, esse é o posicionamento da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Por essas razões, encaminhamos, o Bloco PT-PMDB-PCdoB, pela derrubada do veto do Governador à Proposição de Lei nº 4.308, a fim de que o Município de Matias Barbosa possa receber esse imóvel, que será tão importante para a juventude, a educação, os estudantes e a área do lazer. Assim, realmente faremos justiça a esse Município tão importante de nosso Estado. Então, encaminhamos favoravelmente à derrubada do veto do Governador.

Sabemos que derrubar um veto do Governador não é nada fácil, nesta Casa, mas espero que os parlamentares tenham a compreensão de que é muito importante a doação desse imóvel ao Município de Matias Barbosa. Depois, o Governador que explique à população de Matias Barbosa os motivos pelos quais vetou um projeto tão importante para o Município.

O Sr. Presidente - A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos as Deputadas e os Deputados:

Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Bráulio Braz - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Mauri Torres - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "não" 39 Deputados. Não houve voto favorável. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 19.437. À promulgação.

A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas que o há para apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 630/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre a Política Estadual de Agroindústria Familiar e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 630/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 610/2007, do Deputado Weliton Prado, que estabelece diretrizes para o apoio do Estado à fruticultura no Triângulo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 610/2007 na forma do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 1. À Comissão de Política Agropecuária.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Segurança Pública.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.416/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de industrialização de máquinas e equipamentos pesados para indústrias siderúrgicas, nos termos do art. 225 da

Lei nº 6.763, de 26/12/1975. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.793/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de laticínios, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/1975. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, quero antecipar que sou favorável, porque é um regime especial de tributação para os equipamentos de siderurgia, indústria pesada. Encaminho favoravelmente, até porque sou contra a exportação de matéria-prima. Acho um absurdo. A Vale do Rio Doce é uma grande empresa, mas ultimamente tem priorizado a extração do minério, tendo exportado a matéria-prima. O que nos causa indignação em relação ao governo? Estamos trabalhando nisso desde 2005. Sobretudo, em 2008 avançamos num entendimento, quando foi concedido o regime especial de tributação para centenas de produtos. O relator era o Deputado Jayro Lessa, e desde então construímos entendimentos para garantir a redução de ICMS para os produtos da agricultura familiar. Talvez os colegas Deputados estejam cansados de me ouvir reclamar disso. Mas esse governo que, segundo a propaganda, é eficientíssimo na gestão, na prática não tem sido eficiente, pelo menos no que trata de garantir direitos iguais para os pequenos. Então, até hoje as AFs vêm se arrastando. Não estão implementando a redução do ICMS para os produtos da agricultura familiar.

Há produtos da agricultura familiar em que a alíquota incidente é de 18%. Há lei, decreto, e nada acontece. Hoje pela manhã, liguei e constatei: uns compreendem que o decreto atende e outros entendem que não. Onde está o governo? Onde está a decisão de governo para garantir a implementação do que está na lei, no decreto e nas circulares? Parece que o governo não tem poder nem autoridade no que se refere aos pequenos, basta ver a situação vergonhosa dos Agentes Penitenciários, que se arrasta desde setembro do ano passado. Encaminhamos favoravelmente à alíquota, mas queremos quórum. Sou favorável às siderúrgicas. Temos que taxar a exportação de matéria-prima, porque é um absurdo a quantidade de minério que sai por hora de nosso Estado, seja por vagões de trem, seja através do mineroduto - grandes tubulações -, sem agregação de valor. Queremos as siderúrgicas, porque agregam valor à matéria-prima, geram empregos e impostos. Por isso sou favorável a essa alíquota.

Deputado Jayro Lessa, em 2008 V. Exa. era relator, e houve o entendimento de que haveria redução de alíquota também para as AFs. Até hoje, isso não foi implementado. Não dá para engolir a ideia de que esse governo tem uma gestão eficiente. Onde está a eficiência? Não há garantias para o pequeno. A Dra. Zilda Arns, que faleceu em missão no Haiti, foi uma grande propagadora da multimistura. A multimistura é composta por muitos subprodutos, como semente de abóbora, semente de mamão, casca de ovo e soja torrada e moída; é uma ração, desculpem-me a expressão; é uma alimentação concentrada, muito forte, que recuperou e garantiu a vida de milhares de crianças desnutridas. Qual é a alíquota incidente sobre a multimistura? Por meio do excelente Programa de Aquisição de Alimentos - PAA -, do Ministro Patrus Ananias, a Conab deposita, por exemplo, R\$100.000,00 na conta de uma entidade de agricultores familiares. Se a entidade estiver comercializando apenas a multimistura, o governo do Estado irá retirar R\$18.000,00. Essa é a situação vergonhosa que expressa a não eficiência desse governo em relação aos pobres e aos pequenos. Realmente ele não é eficiente.

Essa discussão se arrasta há anos nesta Casa. Há várias publicações, como lei e decreto. Estivemos com o Deputado Mauri Torres, Líder do Governo, no final do ano passado. Fomos até a Secretaria de Fazenda. Houve o entendimento de que mandariam uma circular ainda naquela semana. Isso foi em dezembro do ano passado, Deputado Antônio Júlio. Ficaram de enviar uma circular, e, até hoje, nada foi implementado. Existem centenas de projetos do PAA em Minas Gerais. Por meio da Conab, o governo compra produtos e os doa para entidades, creches, Apaes, asilos e escolas.

Agora temos mais uma lei, a Lei nº 11.947, que exige que no mínimo 30% dos recursos destinados ao Estado ou ao Município sejam utilizados para adquirir os produtos da agricultura familiar.

Hoje nem as Prefeituras, nem as escolas estaduais podem licitar 100% da compra da merenda escolar de uma empresa qualquer, pois no mínimo 30% têm de ser adquiridos dos agricultores familiares. Para isso, é exigida a nota fiscal, com a discriminação dos impostos ainda de 18%. Para alguns produtos, o imposto é de 12%, e, para outros, é de 7%, sendo que o que foi definido por lei e por decreto é que o imposto sobre todos os produtos seria de 3%. Deveria ser de 0%, como acontece em alguns Estados, que desejam que, de fato, o jovem permaneça no campo e que a criança permaneça na roça, com acesso à educação e ao que for necessário para viver bem e com dignidade.

Há essa extorsão direcionada aos pobres por meio de impostos. Com esse projeto de resolução, garantimos essa redução às máquinas pesadas das siderúrgicas, com certeza com o entendimento do Confaz. Isso já deve estar sendo implementado e executado; mas, para os agricultores familiares, essa redução ainda não foi acatada.

Embora vote favoravelmente ao projeto, deixo este protesto: por que, para os pequenos produtores, essa redução não é implementada?

Sr. Presidente, esse é o meu encaminhamento. Essa situação do Estado é vergonhosa, e não há nada de eficiente em gestão.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o pronunciamento do nosso líder, Deputado Padre João, sobre a matéria, leva-nos a fazer uma reflexão.

A questão do ICMS no Estado de Minas Gerais precisa ser resolvida. Desde 2005 e 2006, discutimos a questão do ICMS da agricultura familiar. Há uma má-vontade terrível por parte da Secretaria de Fazenda, mesmo tratando-se de um projeto social dos mais importantes para o Estado e o Brasil, que, infelizmente, sempre está capenga, pois o pequeno produtor rural, quando quer vender para a Prefeitura e para a classe escolar, praticamente sente-se impedido pela Secretaria de Agricultura, exatamente devido à carga tributária excessiva, que lhe retira a condição de competir com o supermercado. Essa é a grande discussão.

No final do ano passado, o governo firmou um acordo para regulamentar e resolver o problema do ICMS da agricultura familiar. Mas isso não caminha, e o Deputado Padre João tem toda a razão quando diz que, para beneficiar a classe mais necessitada do Estado, nada acontece. Porém, para as grandes indústrias, grandes empreendimentos, grandes negócios e grandes empresários de Minas Gerais, a legislação é bastante benéfica.

Deputada Rosângela Reis, quando é para beneficiar a Vale do Rio Doce, mesmo a redução do ICMS é feita por decreto, mas, quando é para resolver o problema da agricultura familiar, dizem, na Secretaria de Fazenda: "Ah, isso fere o acordo com o Confaz". Quando é para o pequeno, o Confaz entra. Que Confaz nada, trata-se de um confaz de conta. O confaz de conta entra apenas quando o governo não quer resolver o problema. Nesse caso, ele joga para o Confaz.

Temos visto o governo de Minas Gerais adotar essa prática quase geral. Ajudei a aprovar uma emenda em um projeto que dava autonomia ao

Secretário de Fazenda de entrar na guerra fiscal por meio do regime especial, fazendo algumas reduções na tributação interna e até interestadual, para beneficiar o Estado de Minas Gerais, para que pudesse ser competitivo.

Acho que cometemos um grande erro. Essa discussão tem que passar pela Assembleia Legislativa porque esses acordos e autorizações servem apenas para beneficiar os grandes grupos econômicos que estão instalados em Minas Gerais.

Nessa semana voltaremos a discutir sobre a tributação da água mineral. Vimos agora a tragédia acontecida no Haiti e no Chile, em que a primeira preocupação foi encher aviões, navios e carros de água mineral para levar saúde ao povo. Deputado Duarte, V. Exa. sabe qual é a tributação da água mineral no Estado de Minas Gerais? No Estado de Minas Gerais, a água é tratada como se fosse bebida alcoólica. Não conseguimos convencer a Secretaria de Fazenda a rever esse projeto. Hoje, a água mineral é muito importante na nossa vida. Até há pouco tempo, quando chegávamos num bar ou num povoado, pedíamos um copo de água e o sujeito nos dava água de cisterna. Hoje não é mais assim, pedimos uma água mineral. Essa regra mudou, Deputado Doutor Viana. E sabem qual é a regra da Secretaria de Fazenda? Colocar um valor agregado para fins de tributação na substituição tributária de 800% para taxar a água mineral. Com isso, várias empresas que queriam instalar-se em Minas Gerais desistiram do projeto e colocaram suas jazidas à venda porque não conseguiram sobreviver com essa taxa excessiva feita no Estado de Minas Gerais sobre a água mineral, embora seja um produto importante para a saúde pública.

Com os remédios aconteceu a mesma coisa. Gostaria que o Pestana estivesse aqui para ouvir que a Secretaria de Fazenda matou todos os distribuidores de medicamentos de Minas Gerais com essa forma de tributação. Havia medicamentos vendidos em Minas Gerais com ICMS mais caro do que o próprio medicamento. Lembro-me, Deputado Eros Biondini, de uma reunião feita na Secretaria de Fazenda sobre medicamentos em que dois empresários do setor choraram e disseram ao Secretário: "Até hoje trabalhei com muita seriedade e vocês estão me levando à falência. Se continuar desse jeito, vou falir". Um deles chegou a chorar. Eu disse ao Secretário que eles estavam matando as indústrias de Minas Gerais. Os grandes negócios de Minas Gerais estão sendo entregues ao Rio de Janeiro, a Goiás e ao Espírito Santo. E não deu outra coisa: a maioria dos distribuidores de medicamentos sumiram de Minas Gerais. As farmácias que vemos hoje em dia são de outros Estados. E cantamos essa bola.

A questão do ICMS é a mesma coisa. O ICMS cobrado sobre a agricultura familiar é um dos maiores absurdos que já vi. Como é que pode um agricultor da roça, que produz cinco ou dez caixas de mandioca, fazer uma peregrinação para conseguir uma nota fiscal e pagar 18% de ICMS na maioria dos casos, pois há tributação de 7% e de 12%, sobre um produto que deveria ser totalmente isento, que não deveria precisar nem de nota fiscal, mas de um recibo feito a mão, como faz São Paulo quando quer resolver as coisas? Mas, em Minas Gerais, tudo é difícil, principalmente para os pequenos.

São questões que temos discutido, mas não se resolvem. Na última reunião, falei sobre a água mineral, dizendo que esse assunto precisava ser levado ao Governador Aécio Neves, que até então ainda é o nosso Governador. Mas, não, a discussão é feita na Secretaria de Fazenda, que só pensa em arrecadação. E está certa, pois essa é a sua função, mas se esquece das grandes atividades que estão deixando de se instalar em Minas Gerais devido à forma de tributação instalada. Tenho dito, e volto a repetir, que Minas Gerais não recebeu nenhum investimento nos últimos anos. Houve uma expansão dos negócios, mas não recebemos investimentos novos. Por quê? Porque as pessoas, quando chegam a Minas Gerais e veem a forma de tributação, uma tributação excessiva, burocrática, desanimam. Para se entender o sistema de tributação da Secretaria de Fazenda, qualquer empresa, pequena que seja, tem de ter uma pessoa por conta disso. A confusão é tão grande que, mesmo assim, ainda se faz errado e, quando o fiscal chega, multa. A substituição tributária, instalada em Minas Gerais como um grande negócio - cansei de dizer para o governo e para o pessoal da Secretaria de Fazenda -, teoricamente funciona, mas para o Estado foi um péssimo negócio. Ela é muito boa para o intermediário, para o comerciante, que passou a pagar muito menos impostos, principalmente nas mercadorias que vêm de São Paulo.

Como a discussão que estamos aqui fazendo, quanto aos laticínios, Minas demorou a resolver os problemas nessa área. Votamos, no ano passado, outra emenda para resolver o problema dos laticínios. A Secretaria de Fazenda entendeu de outra forma, e tivemos de fazer uma reformulação na legislação para que houvesse mais clareza na tributação e, com isso, tornar competitivos os produtos de laticínio do nosso Estado. A Secretaria de Fazenda agiu corretamente, porque a maioria dos laticínios são grandes empresas. Mas a agricultura familiar, Padre João, continua patinando, continua não tendo uma visão social do governo. Está criticando muito o governo Aécio Neves dizendo que ele se esqueceu da área social, pois pouco investiu nessa área e investiu muito em dados estatísticos, informações numéricas.

Não poderia deixar de fazer esse questionamento e de manifestar a minha opinião, para que possamos, num prazo muito curto, rever a questão da água mineral em Minas Gerais. Minas está deixando de ter indústrias de envasamento de água mineral porque não aguenta pagar. Na substituição tributária, são 800% de valor agregado, mas os técnicos dizem que quem paga o ICMS, quem paga o tributo é o consumidor. Realmente o custo está embutido no preço ao consumidor, mas quem paga, quem recolhe, quem tem obrigação, quem tem responsabilidade é o empresário. Nunca vi consumidor ser preso ou ter seus bens penhorados porque deixou de pagar ICMS quando comprou a mercadoria. Quem recolhe, quem paga é o empresário. E o empresário do Estado de Minas Gerais, em alguns setores - e neles se inclui o da água mineral -, está altamente sacrificado, como acontece com o dos laticínios. Para a questão dos laticínios houve solução. Por que não há solução para a questão da água mineral?

Fica aqui o nosso alerta, até aproveitando a catástrofe do Haiti, onde a primeira preocupação do mundo inteiro foi levar água mineral para atender àquele povo sofrido.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 3.793/2009. À Comissão de Redação.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.794/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de revestimento cerâmico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

Ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 25/2/2010

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão

presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e a discutir e votar proposições da Comissão. Em seguida, comunica o recebimento de ofício da Sra. Ana Regina de Carvalho, Diretora de Educação Especial da Secretaria de Educação, publicado no "Diário do Legislativo" em 20/2/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão (2) em que solicita seja realizada uma visita à aldeia Maxakali, em Bertópolis, para que sejam conhecidas as condições de saúde e saneamento do local a fim de subsidiar a criação de uma ação estruturante e permanente de promoção de saúde indígena no Estado; e seja realizada reunião de audiência pública com o tema "Desenvolvimento sustentável e autonomia dos povos", como parte do "Abril indígena", por sugestão do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais e várias entidades. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de março de 2010.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Eros Biondini - João Leite - Duarte Bechir.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 19.574 e 19.624

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlin Moura, Agostinho Patrus Filho, André Quintão e Marcus Pestana, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/3/2010, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 19.574 e 19.624, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de março de 2010.

João Leite, Presidente.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 4/3/2010, a seguinte comunicação:

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento do Sr. Carlos Frederico Hermeto Bueno, ocorrido em 3/3/2010, em Lavras. (- Ciente. Oficie-se.)

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 4/3/2010, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Dos Srs. Wellington Salgado, Senador, e Humberto Souto, Deputado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.245/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Fernando Zardini Antônio, Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.260/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Ana Lúcia Gazzola Almeida, Secretária de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.175/2009, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Maurício Campos Jr., Secretário de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento 4.690/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado.

Da Sra. Cleide Izabel Pedrosa de Melo, Diretora-Geral do Igam, solicitando agendamento de reunião com a Comissão de Meio Ambiente para tratar de solicitação feita por meio do Requerimento nº 5.314/2009, dessa Comissão.

Do Sr. José Elcio dos Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.155/2009, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Leonardo Carvalho Carreira, Defensor Público do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.209/2009, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. André Luiz de Almeida e Cunha, Diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, dando ciência da emissão da Ordem Bancária nº 800298, de 30/7/2009, referente ao convênio que menciona, relacionado à Implantação de Medidas Alternativas para o Público Usuário de Entorpecentes. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Eivaldo M. Bittencourt Junior, Coordenador-Geral de Convênios da Subsecretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos da Presidência da República, informando que foi firmado convênio entre a União, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e a Ceami

- Reabilitação para a Vida, com vistas à execução do projeto "Educando em e para os Direitos Humanos. O Cuidador". (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Luiz Carlos Cardoso Vale, Diretor de Desenvolvimento e Conservação Florestal do IEF, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.178/2009, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Luiz Alberto Albuquerque Souza, Chefe de Gabinete do Deputado Aelton Freitas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.197/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Valéria Grilanda Rodrigues Paiva, Ordenadora de Despesa (substituta) da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, informando que foi firmado convênio entre a Unimontes e essa Secretaria, com as especificações que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Ademar Leal Soares, Coordenador-Geral do X Encontro Verde das Américas, solicitando o apoio desta Casa para a divulgação do Encontro na TV Assembleia.

TELEGRAMA

Do Sr. Eliseu Resende, Senador da República, acusando o recebimento de manifestação de repúdio ao Projeto de Lei nº 4.548/98, formulada por esta Casa em atenção ao Requerimento nº 5.197/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Sr. Álvaro Eduardo de Castro e Lima por seu trabalho em defesa da cidadania dos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos (Requerimento nº 5.130/2009, do Deputado Dimas Fabiano);

de aplauso à Diretoria Executiva eleita do Sindifisco-MG (Requerimento nº 5.227/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de congratulações com o Sr. Santos Fiorini Netto por sua eleição para Presidente da 15ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais na Comarca de Campo Belo (Requerimento nº 5.309/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Grupo da Melhor Idade Serenidade pelos dois anos de sua constituição (Requerimento nº 5.337/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Associação Comunitária Educacional Estrela - ACE Estrela - pelos 22 anos de sua constituição (Requerimento nº 5.338/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Instituto Presbiteriano Êxodo - IPE - pelos três anos de sua constituição (Requerimento nº 5.339/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais - Affemg - pelos 60 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.358/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao Rotary Club pelas comemorações do Dia do Rotaryano, em 23 de fevereiro, e pela presença do Rotary Club Internacional no Brasil há 87 anos (Requerimento nº 5.360/2010, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a Associação Mineira do Ministério Público - Amma - pela posse da nova diretoria para o biênio de 2010/2012 (Requerimento nº 5.362/2010, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Centro de Integração Empresa Escola de Minas Gerais - CIEE - pelos 30 anos de suas atividades (Requerimento nº 5.363/2010, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Sérgio Murillo de Andrade, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, pelo transcurso do Dia do Jornalista (Requerimento nº 5.367/2010, do Deputado Gustavo Valadares);

de congratulações com o Sr. Aloísio Morais Martins, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais, pelo transcurso do Dia do Jornalista (Requerimento nº 5.368/2010, do Deputado Gustavo Valadares);

de congratulações com o Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais pelo transcurso do Dia do Jornalista (Requerimento nº 5.369/2010, do Deputado Gustavo Valadares);

de congratulações com o Sr. Sebastião Navarro, ex-Deputado e ex-Prefeito Municipal de Poços de Caldas, por sua posse como Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Requerimento nº 5.371/2010, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Alberto Rodrigues, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, por sua posse como Secretário de Estado de Esportes e da Juventude (Requerimento nº 5.372/2010, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Ophir Cavalcante por sua posse como Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (Requerimento nº 5.373/2010, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com a Sra. Ana Lúcia Gazzola, ex-Reitora da UFMG, por sua posse como Secretária de Estado de Desenvolvimento Social (Requerimento nº 5.375/2010, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com Natália Aparecida Fontana pela conquista do primeiro lugar geral no vestibular da UFMG (Requerimento nº 5.381/2010, do Deputado Célio Moreira);

de congratulações com a comunidade de Itacambira pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.386/2010, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Ibiaí pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.387/2010, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Botumirim pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.388/2010, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Buritizeiro pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.389/2010, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Ubaí pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.390/2010, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Mirabela pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.391/2010, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Felixlândia pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.392/2010, da Deputada Ana Maria Resende);

de aplauso ao Rotary Club Internacional pelos 105 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.394/2010, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus pelos 41 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.395/2010, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao 25º Batalhão de Polícia Militar, com sede no Município de Sete Lagoas, pelos 14 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.396/2010, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Ten.-Cel. Ademir Ribeiro de Moura por ter assumido o Comando do 43º Batalhão da PMMG, com sede no Município de Governador Valadares (Requerimento nº 5.397/2010, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Ten.-Cel. Webster Natalino Versiani de Andrade pelos relevantes serviços prestados à comunidade valadarense quando esteve à frente do Comando do 6º Batalhão da PMMG (Requerimento nº 5.398/2010, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Ten.-Cel. Alexandre Felizardo Ribeiro por ter assumido o Comando do 6º Batalhão da PMMG, com sede no Município de Governador Valadares (Requerimento nº 5.399/2010, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Ten.-Cel. Celton Godinho de Assis pelos relevantes serviços prestados à comunidade valadarense quando esteve à frente do Comando da 8ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito da PMMG, com sede em Governador Valadares (Requerimento nº 5.400/2010, do Deputado Jayro Lessa).

de congratulações com o Maj. João Bosco Aleixo de Oliveira por ter assumido o Comando da 8ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito da PMMG, com sede em Governador Valadares (Requerimento nº 5.401/2010, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Ten.-Cel. Moisés Pereira Marinho pelos relevantes serviços prestados à comunidade valadarense quando esteve à frente do Comando do 43º Batalhão da PMMG, com sede em Governador Valadares (Requerimento nº 5.402/2010, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Cel. Cícero Nunes Moreira pelos relevantes serviços prestados à comunidade valadarense quando esteve à frente do Comando da 8ª Região da PMMG, com sede em Governador Valadares (Requerimento nº 5.403/2010, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Cel. Sebastião Pereira de Siqueira por ter assumido o Comando da 8ª Região da PMMG, com sede em Governador Valadares (Requerimento nº 5.404/2010, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Sr. Anael Robson Ramos Farias, Prefeito Municipal de Nova Módica, por sua posse como Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Leste de Minas - Assoleste (Requerimento nº 5.405/2010, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Vereador José Raimundo Gomes por sua eleição para Presidente da Câmara Municipal de Caeté (Requerimento nº 5.406/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Sra. Syria Gonçalves Teixeira de Castro Silva por seus 105 anos de vida (Requerimento nº 5.412/2010, do Deputado Agostinho Patrus Filho);

de congratulações com o Lar São Vicente de Paulo de Alpinópolis pelos 60 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.414/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes);

de congratulações com a ONG Sebo Cultural de Campanha pelos nove anos de sua fundação (Requerimento nº 5.415/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes);

de congratulações com a Associação dos Nordestinos de São Sebastião do Paraíso pelos 11 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.416/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes);

de congratulações com a comunidade de Augusto de Lima pelos 47 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.419/2010, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Santo Antônio do Itambé pelos 47 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.420/2010, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Monjolos pelos 47 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.421/2010, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Datas pelos 47 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.422/2010, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Ingaí pelos 47 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.423/2010, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Presidente Juscelino pelos 47 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.424/2010, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Inimutaba pelos 47 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.425/2010, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Três Marias pelos 47 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.426/2010, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Joaquim Felício pelos 47 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.427/2010, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Felício dos Santos pelos 47 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.428/2010, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Cachoeira da Prata pelos 47 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.429/2010, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Sr. Kildare Gonçalves Carvalho por sua posse como Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (Requerimento nº 5.431/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. José Antonino Baía Borges por sua posse como Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (Requerimento nº 5.432/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Consolação pelo transcurso do 47º aniversário desse Município (Requerimento nº 5.440/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de São João da Mata pelo transcurso do 47º aniversário de fundação desse Município (Requerimento nº 5.441/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Marmelópolis pelo transcurso do 47º aniversário desse Município (Requerimento nº 5.442/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a União Esportiva Santo Antônio pelos 28 anos de sua constituição (Requerimento nº 5.445/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Grupo Escoteiro Borba Gato pelos 8 anos de sua constituição (Requerimento nº 5.446/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Conferência de São Vicente de Paulo de Minas Novas pelos 10 anos de sua constituição (Requerimento nº 5.447/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Itapeva pelo transcurso do 47º aniversário desse Município (Requerimento nº 5.458/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de pesar aos familiares do Sr. José Eduardo Batista, Vereador do Município de Pratinha, por seu falecimento (Requerimento nº 5.478/2010, da Comissão de Assuntos Municipais).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 2/3/2010

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quinta-feira será talvez um dos dias mais importantes para a história de Minas Gerais. Inaugura-se o marco de administração que começou não há oito anos, mas há mais de meio século no Estado, por meio do ex-Governador e Presidente Tancredo Neves. Não poderia furtar-me de dizer da alegria com que vemos a inauguração do novo Centro

Administrativo do Estado. Mais de um século após a Capital ter-se mudado de Ouro Preto para Belo Horizonte, ela sofrerá nova mudança: irá para minha terra natal, o Distrito de Venda Nova. Isso vem coroar a administração do Governador Aécio Neves. Pela primeira vez na história de Minas Gerais, destina-se obra à governança sem custo para a população, pois se pagará com menos de dois anos de uso, diferentemente das obras que vemos pelo País, as quais, além de não responderem aos anseios da sociedade, ainda visam a ganhos ilícitos no superfaturamento, e fatalmente acabam descobertos aqueles que usam esse artifício. O Governador Aécio Neves inaugurou a Cidade Administrativa Tancredo Neves, e me orgulho de ter participado da sugestão de indicação do local para ela, na sua segunda fase, quando se entendeu que seria construída no Aeroporto Carlos Prates pelo Ministério da Defesa. Pela perseverança, o Governador Aécio Neves e sua equipe conseguiram, em tempo recorde, fazer a maior obra da história de Minas Gerais para atender à população sem prejudicar qualquer andamento de obras pelo Estado.

Talvez, como poucos, tenho a autoridade para dizer, pois 28 anos de mandato me concedem a capacidade de analisar profundamente todos os governos do Estado. Pela primeira vez na história, o desenvolvimento ocorreu sem sacrifício de classe alguma ou setor algum do Estado; muito pelo contrário, houve desenvolvimento em todos os setores que atendem e são necessários à vida do cidadão. O Governador Aécio Neves deixa as estradas de Minas prontas. Mais de 230 cidades não tinham acesso asfaltado. Ele encerrará dois mandatos consecutivos fazendo mais, proporcionalmente, que todos os governos anteriores. A saúde melhorou muito; ainda falta um pouco, mas melhorou bastante, e nunca houve tantos avanços como no governo Aécio Neves. Sobre a educação, meus 28 anos de mandato permitem que eu faça este comparativo: jamais, na história de Minas Gerais, tivemos Secretária de Educação que fizesse tanto pelo Estado como essa senhora fez. A Secretária Vanessa deu dignidade, competência, aprimoramento e criou condições reais de dignidade não só para profissionais do ensino, mas também para todos que utilizam a rede de ensino de Minas Gerais.

Poucos podem dizer que conhecem a competência do Governador Anastasia como eu, porque fez parte desta Casa; um visionário talvez como eu, à época. Na Constituição do Estado, há 20 anos, criamos condições para que houvesse a maré perfeita para se fazer o que foi feito em Minas Gerais nos últimos oito anos de governo. Principalmente a Cidade Administrativa, que de uma vez por todas, mostra que um governo tem de atender às necessidades da sua população e promover a integração dos seus funcionários e a funcionalidade, não para alguns, mas para todos os mineiros. A Cidade Administrativa possui a melhor colocação estratégica, entre os dois aeroportos que servem a nossa Capital. E, quando forem cumpridas as promessas do governo federal, a Cidade Administrativa estará no seio do maior complexo viário.

Portanto, deixo aqui os meus agradecimentos ao Governador Aécio Neves, que fez história para a cidade em que nasci. Quando iniciei minha vida pública, o seu avô, como Governador, também deu as maiores condições para o desenvolvimento da região Norte, principalmente do Município que eu representava - Belo Horizonte e meu Distrito de Venda Nova. Hoje o que se vê é o desenvolvimento buscando espaço em cidades que já tinham desistido de um avanço social, como Ribeirão das Neves, Vespasiano, São José da Lapa, Santa Luzia e a própria parte Norte de Belo Horizonte, tão sacrificada durante séculos, porque não havia nenhum visionário que pudesse atender aos anseios daquela população.

Portanto, não poderia deixar de fazer este agradecimento. Quinta-feira, podem ter certeza de que serei uma das pessoas emocionadas na inauguração. Sou nascido em Venda Nova, assim como meu filho, Vereador de Belo Horizonte. Hoje, com muito orgulho, posso dizer que Venda Nova é a Capital de Minas, com integridade e honradez. Pela primeira vez na história, tenha o preço que for a obra da Cidade Administrativa, ela se pagará em menos de dois anos. Se tudo que fosse feito neste país gerasse economia e atendimento do interesse da população, como a Cidade Administrativa, penso que o Brasil seria já um país de Primeiro Mundo.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Irani Barbosa. Quero saudar V. Exa. pelo seu pronunciamento, não somente pelo seu sentimento como grande político, como também por, há muito tempo, buscar essa solução que acaba de apresentar, fazendo a história de Minas. Quero ainda manifestar nossa enorme satisfação por esse acontecimento, a menos de 48 horas, para Minas, para o Brasil e para o mundo. Quinta-feira, realmente teremos o maior evento político-administrativo que uma Capital do País jamais presenciou e presenciará. É o que Minas Gerais proporcionará ao Brasil e ao mundo. Certamente teremos todos os 853 Municípios aplaudindo e verificando de muito perto a gestão séria e competente de nosso Governador, com seu princípio de governabilidade e sustentabilidade política de Minas marcando época e seu nome.

No momento em que o Governador Aécio Neves passará o comando do governo - o que acontecerá ainda este mês - ao Vice-Governador, o competente Prof. Anastasia, S. Exa. deixará para nós, mineiros e brasileiros, um dos maiores legados que um administrador pode deixar, principalmente pelo seu exemplo de caráter, ética e seriedade: a Cidade Administrativa, que será inaugurada, Deputado Irani Barbosa, no centenário do saudoso Presidente Tancredo Neves, que completará 100 anos em grande estilo, com festa e muita emoção. Assim, quero saudar V. Exa. e dizer que amanhã ocuparei a tribuna para anunciar e comemorar com os Vereadores, os Prefeitos, todo o povo mineiro, toda a comunidade, o maior acontecimento do Brasil, graças à competência séria do nosso Governador. Assim como outros parlamentares, V. Exa. trabalhou muito bem para que isso acontecesse. Parabéns pelo pronunciamento.

O Deputado Irani Barbosa* - Muito obrigado, Deputado Dalmo. Gostaria de dizer, Deputado, que há muito não se via em Belo Horizonte tanta obra patrocinada pelo governo do Estado. Veja V. Exa. que, durante o governo Aécio Neves, em momento algum faltou apoio para a execução das obras necessárias ao desenvolvimento da nossa Capital, em momento algum faltou condição para que o Governador Aécio Neves oferecesse a Belo Horizonte o melhor da sua administração. A duplicação da Av. Antônio Carlos, que era uma novela, torna-se realidade; aliás, não como duplicação, mas como quadruplicação. Essa foi uma obra realizada num período recorde e com recursos oriundos do Estado de Minas Gerais. Não podemos deixar de falar também da Av. Cristiano Machado. Quando Hélio Garcia era Prefeito de Belo Horizonte, ele pediu autorização ao Governador Tancredo Neves para abrir uma nova via que atingisse o Vetor Norte da nossa cidade, uma vez que estava sendo concluída a construção do Aeroporto de Confins. O então Prefeito Hélio Garcia, com autorização do Governador Tancredo Neves, assumiu a incumbência de abrir a Av. Cristiano Machado, e hoje vemos essa magnífica obra completa e entregue à população pelo Governador Aécio Neves. Nenhuma das estradas de Minas foi negligenciada. Há mais de 20 anos não se via o recapeamento de estradas que atendam a tantas cidades de Minas Gerais. Foram feitos muitos melhoramentos e obras de ligação neste Estado, e com um detalhe, coisa a que nunca assistimos: todos os empreiteiros reclamando dos custos das obras e de que as margens de lucro eram precárias. Mas tudo foi feito sem perda de qualidade e de dignidade. Governador Aécio Neves, parabéns a V. Exa, ao seu secretariado e ao Vice-Governador - se Deus quiser, o futuro Governador -, Antônio Augusto Anastasia, que participou, profunda e sensivelmente, da elaboração técnica deste governo. À minha amiga Andreia, parabéns. É assim que se fazem os bastidores de um governo: com criatividade e competência. Quando disputamos a Prefeitura de Belo Horizonte, em 1992, o povo não teve a visão de que Aécio poderia já ter sido, desde aquela época, o melhor Prefeito do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Srs. Deputados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Vanderlei Miranda - Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores desta Casa, imprensa, pessoas que nos acompanham das galerias, telespectadores que, por meio da nossa querida TV Assembleia, acompanham nossos trabalhos nesta tarde. Parabênzoo meu companheiro de bancada neste Parlamento, Deputado Irani Barbosa, pela brilhante explanação e pelo balanço que fez das ações do Governador Aécio Neves nos seus quase oito anos de mandato. Realmente trabalhou de forma eficaz. Não podemos negar que mudou a cara de Minas Gerais. Parabênzoo meu companheiro Deputado Irani Barbosa, pois, assim como ele, vivo nesta cidade, onde moro e onde meus filhos nasceram. Temos profundo amor por Belo Horizonte e, por conseguinte, pela Região Metropolitana, assim como outros colegas Deputados desta Casa que têm na Capital sua residência, sua referência e, por que não dizer?, boa parte dos votos que elegeram cada um deles.

Creemos que, de fato, a inauguração do Centro Administrativo é, sem dúvida, marco na história de Minas Gerais e aponta também para a

modernidade. Sabemos que ali teremos todas as secretarias concentradas. Quem vier a ser o próximo Governador - o que ainda é incógnita, pergunta sem resposta, embora números queiram apontar e nos deixar uma percepção - com toda a certeza herdará estrutura de trabalho realmente muito boa. Como muito bem disse o Deputado Irani Barbosa, Sr. Presidente, a Cidade Administrativa foi construída em região que, há muito tempo, carecia desta atenção. Todos sabemos que ela sozinha poderia atender às demandas de crescimento da Região Metropolitana. Se considerarmos o limite da Serra do Curral, onde nossa cidade termina, logo atrás temos nossa vizinha Nova Lima, que acabou tirando muito bom proveito de toda a escassez de espaço que temos em Belo Horizonte. Nova Lima abrigou lá muitas empresas, tendo hoje sua maior receita na prestação de serviços. Grandes empresas e hotéis ali estão, bem como parte de grande "shopping". Sabemos que este chamado Vetor Norte sempre se mostrou carente. Agora, com alegria, percebemos a expansão tanto imobiliária como industrial e comercial nesta rota da Linha Verde, que nos liga a Confins. O Deputado Irani Barbosa citou aqui as cidades de São José da Lapa, Vespasiano e Santa Luzia. Incluo aqui também Lagoa Santa e Confins. Poderíamos citar outras cidades que certamente estão sendo beneficiadas. Portanto é, de fato, grande momento, momento histórico, posso dizer, talvez pareça exagero, divisor de águas na história da região Norte de Belo Horizonte e da Região Metropolitana.

Mas, ao mesmo tempo que aproveito as palavras do meu companheiro de bancada Deputado Irani Barbosa e, de forma também reconhecida, teço elogios ao Governador Aécio Neves por todas as demandas que foram atendidas ao longo de quase oito anos, também trago a esta tribuna, mais uma vez, Sr. Presidente, situação que, de certa forma, nos tem desgastado bastante do ponto de vista emocional e até físico. Refiro-me aos Agentes Penitenciários.

Quero fazer aqui uma cronologia dos fatos e dos acontecimentos. Não quero, com isso, ser cansativo. Gostaria apenas que as pessoas que nos assistem agora, tanto de casa quanto das galerias, entendessem, por esta minha exposição, qual é a situação real e por que é que estamos lutando nesta Casa em defesa dos Agentes Penitenciários.

No ano passado, 336 Agentes Penitenciários foram dispensados e tiveram seus contratos encerrados. Nós, do Bloco PT-PMDB-PCdoB, composto por 19 Deputados, que temos como Líder o Deputado Padre João, como Vice-Líder o Deputado Adelmo Carneiro Leão e como Líder da Minoria o Deputado Sávio Souza Cruz, empreendemos uma luta com o intuito de fazer com que o governo se sensibilizasse e readmitisse esses companheiros, homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras. Apenas em dois dias de greve, tendo esta sido considerada ilegal, eles retornaram imediatamente a seus postos, mas foram surpreendidos com a rescisão dos seus contratos.

A partir daí, começou, então, uma via-sacra para sensibilizar o governo, pois cremos que ele tenha sensibilidade para com esses homens, com esses pais de família. Aliás, alguns deles estão sendo sustentados pelas esposas. Já outros, cujas mulheres não trabalham, ou seja, não têm salário, se encontram em situação muito precária, dependendo de favores de parentes, amigos e vizinhos. Realmente, é uma situação muito constrangedora, considerando-se que falamos, num primeiro momento, de um universo de 1.200 a 1.400 pessoas, que compõem as famílias desses 336 Agentes.

Então, no ano passado, acertamos com a Secretaria de Defesa Social, depois de um trabalho exaustivo de vários Deputados, entre estes os Deputados da base do governo, que 276 desses Agentes retornariam ao trabalho, no máximo, até o dia 10 ou 11 de janeiro. Por causa desse acordo, no final do ano passado votamos todos os projetos de interesse do governo e também, é claro, não poderia deixar de ser, dos nossos colegas Deputados e Deputadas. Votamos e cumprimos o acordo "ipsis litteris", ou seja, integralmente.

Quando voltamos do recesso, fui surpreendido com a visita de alguns Agentes a meu gabinete, que me disseram: "Deputado, o governo não cumpriu o acordo". Perguntei-lhes: "Como, não cumpriu?". Eles me responderam que os Agentes não retornaram nos dias 10 e 11 de janeiro, conforme o acordo. Então, fomos procurar saber o que havia ocorrido. Deram-nos a informação de que o processo acabou se arrastando um pouco, porque eram muitos Agentes, e eles precisavam tratar caso a caso. Muito bem. Até aí é uma explicação plausível; porém, o que nos surpreende é o fato de que, havendo um acordo para que 276 Agentes Penitenciários retornassem ao trabalho depois do seu processo de requalificação - convém dizer que esse processo já era para ter sido feito há cinco anos, tendo alguns deles já 15, 20 anos de trabalho como Agentes Penitenciários -, até então não haviam passado pelo processo de requalificação. Não entro no mérito da necessidade da requalificação, mas sim do acordo feito: 276 Agentes seriam readmitidos.

Sr. Presidente, fomos surpreendidos em janeiro com uma lista. Nem será preciso ler o papel, pois tenho todos os números de cor. De 276, 18 foram limados.

O que quero dizer com essa expressão é que eles foram excluídos do processo, sob o argumento de que faziam parte do perfil de Agentes que quebraram hierarquia e promoveram baderna. Entretanto isso não fazia parte do acordo, ou seja, o acordo não estabelecia que essas 276 pessoas passariam novamente por esse constrangimento do qual 18 seriam tiradas. Assim sendo, pedi que fossem trazidos esses 18 processos para esta Casa, a fim de analisarmos qualquer tipo de equívoco; entretanto, eles nunca chegaram até aqui, embora isso tivesse sido agendado com representantes do governo, especialmente da Secretaria de Defesa Social.

Insistindo nessa questão dos Agentes, gostaria de registrar a reunião ocorrida no gabinete do Deputado João Leite, em que também se fizeram presentes o Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, o Deputado Lafayette de Andrada, eu, o Cap. Wildes e o Dr. Genilson Zeferino. Além daqueles 18, que agora deixamos à parte, também havia 33 que não passaram no psicotécnico e mais 22 que passaram no psicotécnico e não passaram na segunda etapa. Nessa reunião, ficou acertado que esses 33 fariam novamente o psicotécnico, e os outros 22 repetiriam a prova. Dos 22, 3 foram eliminados por frequência, e os próprios Agentes decidiram que eles deveriam ficar de fora. Assim, os 22 foram reduzidos a 19.

Na sexta-feira passada, fui surpreendido com o Ofício nº 051/2010, da Secretaria de Defesa Social. Li atentamente todo o ofício, mas não o entendi muito bem. À noite, recebi um telefonema de um representante da Secretaria de Defesa Social, para confirmar o recebimento do aludido ofício.

Dada a importância do assunto, Sr. Presidente, peço a V. Exa. que, se possível, conceda-me mais alguns minutinhos para que possa fechar o meu raciocínio, porque só me resta mais 2 minutos e eu não conseguirei terminar dentro desse prazo. Se V. Exa. puder me atender, naturalmente respeitando o próximo colega que irá falar, gostaria de poder concluir o meu raciocínio, porque estou montando a cronologia dos fatos.

Como estava dizendo, chegou para mim esse ofício do governo. O total de pessoas a fazer o exame psicotécnico seria 33, sendo que, na lista, só constavam 26, com nome, data e hora marcada para se apresentar. Perguntei ao representante da Secretaria, que me telefonou, por que só estavam na lista 26 pessoas, em vez de 33. Ele me disse que ali só constavam 26 porque 7 não procuraram a Secretaria ou uma escola para fazer a requisição do psicotécnico. Dos 19 que passaram no psicotécnico e, portanto, para a segunda fase, mas que não passaram na prova, havia apenas 9 na lista. A explicação para isso foi a de que os outros 10, dessa lista de 19, também não apresentaram o seu pedido. Eu entendi que essa lista era de apresentação para o psicotécnico; então, perguntei à pessoa que me telefonou se esses nomes, essas datas e esses horários se referiam às pessoas que prestariam o psicotécnico. Eu estava enganado. Ele me explicou que o objetivo dessa lista era que o Agente pudesse se reunir com um psicólogo indicado pelo Conselho Regional de Psicologia, para assessorar o psicólogo da escola. O exame psicotécnico seria reavaliado por esses dois psicólogos. Na verdade, quem me telefonou foi o Cap. Wildes, e eu disse a ele que isso não fazia parte do nosso acordo.

Muito obrigado, por sua bondade e visão democrática ao me conceder mais tempo, Presidente. Vou encerrar em 1 minuto.

Então eu disse a ele que não foi isso que combinamos. Não vou nem chamar isso de acordo, porque o acordo já foi feito no ano passado.

Isso aqui não faz parte do que combinamos, porque já sei qual será o desdobramento disso. Assentam-se lá os psicólogos e o Agente, vão olhar o exame psicotécnico e dirão: "Não. Esse exame aqui está validado. O resultado é esse mesmo. Muito obrigado. Um abraço para o senhor e para a senhora". E eles estão penalizados da mesma forma.

Eu tenho falado à imprensa, e acho que seria importante trazer essa informação também para a nossa TV Assembleia. Meu Líder, Deputado Padre João, eu creio que V. Exa. concorda comigo, assim como todo o Bloco. Algumas pessoas estão me perguntando por que a pauta está travada. Eu tenho dito que o governo precisa primeiro encerrar o ano de 2009 para que possamos abrir os trabalhos do ano 2010. O ano de 2009 não foi encerrado ainda porque o acordo não foi cumprido. Isso sem falar das emendas, não terei tempo agora para falar delas, respeitando o tempo que o Presidente me deu. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Marcus Pestana* - Exmo. Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero fazer três rápidos registros. Gostaria de compartilhar com a Casa uma preocupação, uma reflexão. Não sei se todos os Deputados acompanharam, agora no final de fevereiro, a partir da publicação, os balanços de 2009. Na última semana de fevereiro, a imprensa nacional registrou o desempenho econômico dos setores produtivos e financeiros diante da crise internacional. É impressionante. Os maiores geradores de emprego, do setor industrial, tiveram expressivas taxas negativas diante da crise, com a involução do setor produtivo. Enquanto isso, o setor financeiro nacional bateu novos recordes de lucro. Alguns dados foram publicados sobre as maiores empresas do setor siderúrgico, de mineração, comparada com os principais bancos estatais ou privados. Aliás, o Banco do Brasil bateu o seu recorde. Isso abre um grande debate nacional, que deve ser objeto de atenção de todos neste ano de sucessão presidencial. Se não desvendarmos essa armadilha, se não superarmos esse modelo de desenvolvimento, o Brasil terá sempre postergada a sua agenda de desenvolvimento. E teremos taxas medíocres. O Brasil cresceu, mas, se compararmos com os chamados Brics ou com a maioria dos países latino-americanos, somos escravos de uma realidade que precisa ser repensada. A combinação de um câmbio desvalorizado com taxas reais de juros estratosféricas leva a uma preocupante perspectiva de médio e longo prazos para a economia nacional.

Isso está relacionado com o dia a dia dos trabalhadores, dos empresários, com a geração de renda e emprego. Se não conseguirmos desvendar essa lógica, que já vem de muitos anos, não é só da questão... O Deputado Padre João, como Líder do PT, certamente tem na ponta da língua uma explicação para os lucros fantásticos do setor financeiro. Mas é uma continuidade que impera nos últimos anos, e o grande debate nacional deve ser exatamente esse. Como desatar essa armadilha, porque as nossas exportações, que sustentaram boa parte dessas taxas de crescimento, estão perdendo competitividade.

Minas é muito importante como principal Estado produtor de leite e tem uma grande indústria de transformação. Segundo informações de um amigo meu que assessora uma grande empresa da área de laticínios, ainda que o produtor de leite esteja recebendo um valor muito baixo, essa grande cooperativa, essa grande indústria perdeu competitividade: ela exportava cerca de 30% da sua produção e hoje exporta menos de 5%. Caso não desvendemos essa armadilha de juros altos - e haverá a retomada da política de aumento dos juros reais, nos próximos meses, pelo Banco Central - e continuemos assim, o nosso crescimento será sempre limitado, e isso é um grande problema. Existem setores perdendo competitividade, perdendo espaço no mercado internacional e no mercado interno, visto que as importações estão muito baratas e a nossa competição lá fora fica mais difícil, em razão do câmbio. Então, gostaria de registrar isso primeiro. Esta Casa deveria travar um grande debate sobre a lógica que deve presidir o Brasil. O câmbio flutuante e a austeridade monetária, nesses 16 anos, foram fundamentais para a estabilidade. Entretanto, neste ano de sucessão presidencial e, principalmente, em um Estado como Minas, que está ancorado no setor primário, exportador, nos bens intermediários e mesmo nos produtos automobilísticos para exportação, deve haver preocupação porque isso tem a ver com o interesse maior da população.

A melhor política social é o desenvolvimento econômico, é a geração de emprego e renda e, para isso, precisamos ter taxas civilizadas de juros e câmbio. Não é querer que o governo intervenha, como em outros períodos, determinando a taxa que prevalecerá para a economia, mas há que se discutir formas de superar essa armadilha que está arruinando o Brasil. Registrem bem: a nossa taxa de desenvolvimento foi medíocre, se comparada aos Brics e à maioria dos países latino-americanos. Ela foi positiva, mas foi puxada pela demanda, pela renda interna, e então é mérito da política de expansão de crédito, dos aumentos reais no salário mínimo e nas pensões e previdência, mas isso não sustenta uma transformação estrutural da economia brasileira.

Então provoço a Casa a discutir esse importante tema.

O Deputado Padre João (em aparte) - Respeito V. Exa. como economista e pela experiência que teve no Ministério das Comunicações - há, até mesmo, correspondência dirigida a V. Exa, quando estava no Ministério. Entretanto, nobre colega Deputado, o que está colocado é o crescimento com distribuição de renda em uma lógica diferente da anterior. Salvo engano, quando o Lula assumiu, a Taxa Selic estava acima de 25% e já caiu para bem menos da metade, reduzindo-se em dois terços e com distribuição de renda. As notícias que temos de última hora é que o setor produtivo não está dando conta da demanda. Por exemplo, quem procura um caminhão para comprar não encontra; tem de esperar, tem de entrar na fila para comprar caminhões. Apesar das críticas durante o primeiro mandato do governo Lula - como "olha o Lula indo, olha o Lula vindo" -, com piadas e tudo mais, tivemos uma abertura de mercado importantíssima. A demanda interna é grande. O que recuou foi a parte externa, que, em razão da crise, afetou muito mais os outros países que importavam, embora já haja grande recuperação sobre todo o setor siderúrgico, de atividade minerária e mesmo da indústria automobilística.

Então, o cenário que enxergamos é todo esse controle econômico. O próprio Presidente do Banco Central tem dado essa segurança fantástica. A hipótese que pode haver é de estar muito bom ou excelente, ou seja, não há expectativa nenhuma de crise ou de catástrofe nesse sentido. Na análise que temos, ela é muito otimista. O crescimento econômico pode chegar a 6% ao ano e com distribuição de renda, ou seja, com vida digna, sobretudo para os mais pobres deste país. Muito obrigado.

O Deputado Marcus Pestana* - Agradeço o aparte. Talvez devamos realizar um seminário em torno da agenda de desenvolvimento.

Ainda que o País tenha crescido, volto a dizer, as taxas médias foram medíocres diante das taxas de outros países. Há potencialidade muito maior.

Quanto à distribuição de renda, passarei ao Deputado Padre João, posteriormente, estudo do Ipea mostrando que existe eixo de continuidade. O PT tem muita dificuldade de entender o processo desta continuidade da política econômica. O PSDB emprestou Deputado, o Henrique Meirelles, para presidir o Banco Central, e o PT resistiu muito, mas hoje todos se rendem à estratégia que o governo do PSDB montou para a estabilidade econômica. Esse é tema importante. Devemos propor algum tipo de evento para aprofundar esta discussão sobre as potencialidades, as armadilhas e os gargalos das economias mineira e brasileira.

O jornal "O Tempo", no dia 21 de fevereiro, trouxe realidade muito preocupante em relação aos índios maxacalis e à sua situação de saúde. Acompanhei esse caso de perto, pois fui Secretário de Saúde por sete anos. Do ponto de vista percentual, essa população não é tão relevante, pois são cerca de 15 mil mineiros que residem aqui, mas, do ponto de vista histórico e simbólico da nossa dívida social, ela tem importância muito grande. Apesar de não ser sua função institucional - esta é do governo federal e da Funasa -, o governo Aécio Neves lançou os

programas Saúde em Casa e Farmácia de Minas e os estendeu à população indígena. No entanto a matéria desnuda a ação da Funasa, que tem sido falha quanto à atenção à saúde dos povos indígenas. Proponho à Comissão de Saúde que provoque rapidamente debate com todos os setores envolvidos nisso. O Estado é considerado modelo de parceria, apesar de não ter obrigação constitucional, ao oferecer "kits" de medicamentos e incentivar a equipe de saúde indígena. É importante que a Funasa supere suas debilidades e dê atenção adequada principalmente ao setor de prevenção, promoção e imunização da saúde.

Gostaria ainda de registrar reflexão, agora que a poeira abaixou, e o Padre João comemorou os efeitos do IV Congresso Nacional do PT. Existe diferença substantiva de postura. Toda a imprensa nacional deu ampla cobertura ao pré-lançamento da campanha da Ministra Dilma, que até hoje não recebeu GPS, mas precisa recebê-lo. Repito: deixei a poeira abaixar para fazer reflexão, a mais isenta possível. Temos aqui entrevista longa da Ministra Dilma e artigo do Governador de São Paulo, José Serra, chamado "Vida longa à nova república". Solicito que fique registrado nos anais da Casa esse excelente artigo, que trata de perspectiva totalmente diferente. Em todas as entrevistas que li da Ministra, tive a impressão de que o Brasil começou há sete anos. Essa é visão histórica limitada, arrogante, que procura vender a imagem de que este país de mais de 500 anos foi construído por um único governo, por uma única geração de políticos e de gestores públicos. O enfoque é direcionado à instalação do universo em sete anos. O Governador José Serra, diferentemente, deseja vida longa à nova república e recupera todo o histórico de avanço da democracia, da consolidação da estabilidade e do avanço das políticas sociais, fazendo justo registro, justa homenagem a pessoas como Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Leonel Brizola e tantas outras que nos trouxeram até aqui.

É preciso sempre que todos nós, políticos - estamos de passagem nos cargos -, aproveitemos cada oportunidade, a fim de fazer o melhor possível para deixar frutos sólidos para a nossa população, já que a política é a grande ferramenta de mudança da realidade, de melhoria das condições de vida, principalmente dos mais pobres. Mas é preciso também ter humildade, é preciso não confundir o tempo pessoal com o tempo histórico. O processo civilizatório, de desenvolvimento, é uma sequência de gerações; cada um no seu tempo, fazendo o melhor possível.

Quero, então, que fique registrado nesta Casa esse brilhante artigo, que contrasta com a visão miúda, pequena, dos que acham que o Brasil não tem história, que o nosso país começou sete anos atrás.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Deputado Doutor Viana, Exmo. Sr. Presidente, caríssimos telespectadores da TV Assembleia, é muito oportuno e pertinente a intervenção do ilustre Deputado Marcus Pestana. Também considero que esse debate sobre a situação macroeconômica do País e as perspectivas de futuro precisa ser feito diuturnamente por nós, parlamentares, e por todo o povo brasileiro. O Deputado Marcus Pestana levanta um ponto para o qual precisamos estar atentos. Ainda na semana passada, em uma palestra proferida pelo Ministro Guido Mantega à Diretoria da Associação Comercial de Minas Gerais, o Ministro tranquilizou o País em relação aos indicadores macroeconômicos e trouxe a informação de que o Brasil se recuperou de forma plena da crise mundial com dois pilares fundamentais. O primeiro pilar é o fortalecimento do mercado interno e o segundo são as políticas social e salarial de distribuição de renda, tendo em vista a recomposição do salário mínimo, na ordem de 55%, comparativamente a 2002. O Ministro também trouxe a informação de que todos os indicadores de crescimento para 2009, tanto do próprio governo quanto das agências externas de avaliação, variam de 5,5% a - alguns mais otimistas - até 6% para 2010, com uma perspectiva muito positiva, especialmente do ponto de vista do financiamento e do crédito. O BNDES está preparado para crédito subsidiário. O governo fez o maior aporte de crédito nesse banco para que ele repasse ao setor produtivo o crédito facilitado. De forma muito especial, há o papel das estatais no financiamento do desenvolvimento, chamando a atenção para o próximo passo que a Petrobras, a nossa empresa petrolífera, dará.

Ocorrerá no mercado a maior abertura de ações de capital da história do capitalismo. São R\$50.000.000.000,00 de abertura de capital da Petrobras para financiar as obras necessárias para implementação do pré-sal. Esse dinheiro será destinado à prospecção do petróleo na camada pré-sal. Isso pressupõe novas sondas de prospecção, investimento na área de tubos para prospecção do petróleo, plataformas petrolíferas e navios petroleiros, e a produção deve ser feita no Brasil. Há divergência, diferença de projeto. Não compreendemos que o projeto macroeconômico do governo Lula seja mera continuidade do projeto de Fernando Henrique Cardoso, senão teríamos visão muito restrita. Apesar da presença do Presidente do Banco Central, Francisco Meirelles, com a preservação da estabilidade da moeda, o que é avanço, a política global vai além disso. Prova disso é que, na época do outro processo histórico, as plataformas eram construídas fora, em Singapura, no Japão, na Itália, e agora são construídas aqui, no Brasil. Há também previsão de investimento de R\$20.000.000.000,00 para construção do trem-bala São Paulo-Rio de Janeiro. Houve aporte de R\$400.000.000.000,00 nas obras do PAC, com previsão de mais R\$200.000.000.000,00 para setores que consideramos estratégicos e essenciais. A Ministra Dilma diz, com muita perfeição, que devemos dar prioridade ao PAC Habitação Popular e ao PAC Saneamento, dois gargalos de infraestrutura do Brasil. Precisamos criar o déficit zero na habitação popular - daí a importância desse PAC - e zerar o déficit do saneamento básico, tendo em vista que o percentual de cidades brasileiras sem tratamento de esgoto é muito alto. Portanto, a perspectiva para 2010 é muito boa neste aspecto. Temos também forte crescimento do mercado interno, em torno de 17%, e o País tem reservas cambiais da ordem de US\$300.000.000.000,00, o que torna o Brasil muito sustentável externamente e com mercados externos importantes consolidados.

Felicitto o Deputado Marcus Pestana, pois, pela primeira vez o vejo, com tanta franqueza e sinceridade, reconhecer a debilidade da economia mineira. O Deputado Marcus Pestana reconhece que nossa economia é sustentada no setor primário exportador, e essa é a verdade. Nossa economia se fundamentou muito na extração do minério de ferro e na produção agrícola destinada ao mercado externo, sem preocupação de agregar valor a esse processo. Isso fez com que a economia mineira sofresse sua maior queda durante 2009, o auge da crise, porque havia enfraquecimento do mercado externo, no qual nossa economia estava muito baseada. Apesar do avanço no setor automobilístico, a produção de minério e a agrícola não agregavam valor. Por isso precisamos recompor a base da economia mineira, que é frágil e empobrecida do ponto de vista de geração de emprego e renda, talvez explorando essa capacidade da produção do minério e apresentando produto industrializado como, por exemplo, para a prospecção do petróleo em profundidade, como vem sendo feito pela Vallourec & Mannesmann e pelo projeto de expansão da Usiminas. Independentemente de questões políticas ou partidárias, o governo do Estado, qualquer que seja nos próximos mandatos, precisa preocupar-se mais com a qualidade e o potencial de investimento da economia mineira. Nos últimos 30 anos, está em curso o mesmo projeto político em Minas Gerais, e nossa economia continua sem rumo e sem versatilidade, ainda empobrecida.

Isso é fruto de uma visão que vigora há 30 anos, desde a época de Francelino Pereira - que hoje assessora o Governador Aécio Neves -, com o mesmo projeto, frágil do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Assim, o Deputado Marcus Pestana, um Deputado do PSDB, contribui muito ao vir a público reconhecer a fragilidade da economia mineira, realmente sustentada por um setor primário exportador, o que nos preocupa muito.

Aproveitando a oportunidade, quero, no tempo que me resta, parabenizar a cidade de Belo Oriente, que ontem, 1º de março, completou 47 anos de emancipação política. Eu, que sou muito bem votado em Belo Oriente, onde tenho grande aceitação e muitos amigos e parentes, tive oportunidade de acompanhar todas as atividades das comemorações pelos 47 anos de Belo Oriente. Da mesma forma, acompanharam essas atividades o Deputado Carlos Gomes, os Deputados Federais Leonardo Moreira Monteiro, do PT, e Carlos Willian e diversos Prefeitos de outras cidades. Particpei não só do "show" de comemoração, com a dupla sertaneja Teodoro e Sampaio, mas, de forma especial, das atividades de inauguração, no dia 1º de março, de diversas obras importantes que o Prefeito Humberto Lopes, do PT, entregou a Belo Oriente. No primeiro ano de seu mandato, o Prefeito Humberto Lopes já imprime um ritmo próprio e muda o perfil da gestão da cidade, de forma muito semelhante ao que vem sendo feito pelo governo do Presidente Lula. O governo do Prefeito Humberto Lopes preocupa-se em apresentar obras e resultados para a população de Belo Oriente, mas sem perder o seu foco. As principais obras que, após um ano de sua gestão, o Prefeito Humberto Lopes entregou ao Município de Belo Oriente, em seu aniversário de 47 anos, são especialmente focadas em setores estratégicos.

A primeira obra foi a reformulação do hospital municipal, o Hospital Regional no Distrito de Perpétuo Socorro - nossa querida Cachoeira Escura. O Hospital foi todo reformulado, ganhando leitos, equipamentos e profissionais. Durante muitos anos, esse Hospital vinha se arrastando em uma crise profunda: ele gastava, Deputado Marcus Pestana, que já foi Secretário de Saúde, R\$300.000,00 ao mês, sem que ali fosse feita cirurgia nem atendimento específico. Mas o Prefeito Humberto fez um saneamento do hospital, que hoje tem um investimento de R\$150.000,00 ao mês, mas com resultados concretos: com ampliação de leitos e cirurgias e com ênfase em setores estratégicos diversificados, como a oftalmologia, a pediatria e a obstetrícia, mostrando que se pode ampliar o atendimento não só para a população de Belo Oriente, mas também para a população de todos os Municípios vizinhos que compõem o consórcio desse Hospital. Essa importante reformulação do Hospital foi entregue à população com investimentos dos governos federal e estadual e, especialmente, com investimentos próprios do Município de Belo Oriente.

A segunda importante obra entregue à população, em Cachoeira Escura, foi o Centro de Referência de Assistência Social - Cras -, que chamamos de Centro de Referência Girassol, a casa da cidadania, onde se cumprem as políticas públicas de assistência social, como o Bolsa-Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e os Benefícios de Prestação Continuada. O Cras é a principal realização do Ministério de Desenvolvimento Social, tão bem comandado pelo Ministro Patrus Ananias. Sem dúvida, esse Ministério é a grande marca do governo do Presidente Lula, porque tem ajudado a diminuir a pobreza e as desigualdades sociais por meio de políticas públicas republicanas de inclusão social.

A terceira obra foi a reforma da Escola Antônio Brito, localizada no Distrito de São Sebastião de Braúnas, onde foram construídas salas e rampa de acesso para os portadores de deficiência. Trata-se de escola que se encontrava em estado de calamidade, assim como várias outras situadas no Município, em situação deprimente, como escolas onde o esgoto corria a céu aberto, os banheiros estavam quebrados e as salas de aula sem condições de uso. Em Belo Oriente, o Prefeito Humberto Lopes deu prioridade à educação, promovendo a reformulação da referida escola. Para encerrar o grande evento, houve a entrega da pavimentação asfáltica das Ruas São Paulo, Santa Catarina e Bahia. Isso mostra que o governo do Prefeito Humberto Lopes se preocupa não só com a área social, como também com a infraestrutura. Na oportunidade, o Prefeito anunciou diversas realizações em Belo Oriente. Tudo está sendo possível graças a um amplo governo de coalizão do Prefeito, que consegue aglutinar várias forças políticas. É importante registrar a grande composição com o PSDB, como parte do governo, e com diversos partidos, e a fundamental parceria com a Câmara dos Vereadores do Município, tão bem presidida pelo Vereador Alex.

Gostaria, na oportunidade, de parabenizar o Prefeito Humberto Lopes e toda a população de Belo Oriente pelos seus 47 anos de emancipação política.

* - Sem revisão do orador.

matéria administrativa

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/3/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Duarte Bechir

exonerando, a partir de 8/3/10, Calbi Rezende Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

nomeando Rafael Miranda dos Santos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas.

Gabinete do Deputado Durval Ângelo

exonerando, a partir de 8/3/10, Edmar Rosa Sobrinho do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

exonerando, a partir de 8/3/10, Márcia Andréa Rodrigues Ferreira do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;

exonerando, a partir de 8/3/10, Rodrigo Marzano Antunes Miranda do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

nomeando Edmar Rosa Sobrinho para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

nomeando Márcia Andréa Rodrigues Ferreira para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas.

Gabinete do Deputado Marcus Pestana

exonerando, a partir de 8/3/10, Izaias Matias Veloso do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Izaias Matias Veloso para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Sabrina Cristina Boreal para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Padre João

exonerando, a partir de 8/3/10, Dilson Alves de Paiva do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

exonerando, a partir de 8/3/10, Lúcia Aparecida Feliciano de Campos do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

exonerando, a partir de 8/3/10, Shirley Fioraso do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

nomeando Dilson Alves de Paiva para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Mariana Villas Starling para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Robson Clébio Ferreira Dávila para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Shirley Fioraso para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

errata

MANIFESTAÇÕES

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 6/2/2010, na pág. 37, col. 4, fica sem efeito a manifestação decorrente do Requerimento nº 5.197/2009, da Comissão de Direitos Humanos.